

ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei nº 26/2023, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder permissão de uso de bem público e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

Ordinário.

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas <u>a Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública, e a Comissão de Justiça, Redação, Ética e Cidadania.</u>

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do inciso I, do art. 161, §3 do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por maioria absoluta de votos dos membros da Câmara, por meio de processo simbólico, consoante disposição regimental prevista no inciso I do art. 163.

Palmital, 18 de abril de 2023.

Márcio Junior de Oliveira Procurador Jundico

Natacha M. Vilas Boas Campos

Estagiária de Direito